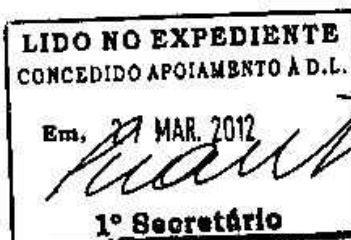




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



INDICAÇÃO Nº

370/12

SÚMULA: Solicita a SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Polícia Militar, execute ronda ostensiva no Bairro Boa Vista no município de CURITIBA.

Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública

O Deputado DOUGLAS FABRÍCIO, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exª para propor o seguinte:

Considerando que:

- O pedido recebido do síndico do Conjunto Residencial Cassiopeia II no Bairro Boa Vista, Juliano Rabelo;
- Que é necessário reforçar a segurança na região visto que a sensação da falta de segurança atinge a todos os cidadãos da região e, tal medida, visa a coibir a prática de delitos e o consumo de drogas na região;
- Que o objetivo final é de melhorar a qualidade da segurança pública da região da Boa Vista, proporcionando aos visitantes e moradores uma melhor qualidade de vida.

Solicita:

- Solicita a SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Polícia Militar, execute ronda ostensiva no Bairro Boa Vista no município de CURITIBA.

Sala de Sessões, em 27 de março de 2012.

DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
 Fls. 2
 ✓

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

NO EXPEDIENTE
ACEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012

Quanto
1º Secretário

INDICAÇÃO Nº

371/12

SÚMULA: Solicita que a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná libere recursos para aquisição de materiais e custeio de mão-de-obra para conclusão de unidades habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida no município de FAROL.

Senhor Presidente da Cohapar

O Deputado DOUGLAS FABRÍCIO, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exª para expor e propor o seguinte:

Considerando:

- O recebimento do pedido de autoria da prefeita Dina Cardoso em 20/03/2012;
- Que o município está construindo 30 unidades habitacionais no Conjunto Novo Horizonte através do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida;
- Que estas edificações dirigidas para famílias carentes não são contempladas com reboco externo, forro interno e beirais;
- Que o custo de mão-de-obra e materiais está orçado em cerca de R\$ 69.000,00.

Solicita:

- Solicita que a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná libere recursos para aquisição de materiais e custeio de mão-de-obra para conclusão de unidades habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida no município de FAROL.

Sala de Sessões, em 27 de março de 2012.

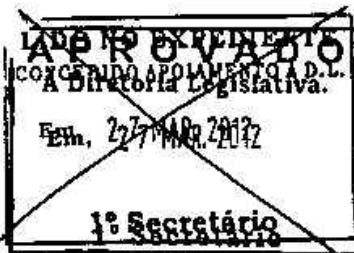
DOUGLAS FABRÍCIO
DOUGLAS FABRÍCIO
 Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 2

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



INDICAÇÃO Nº

372/12

SÚMULA: Solicita à SESP - Secretaria da Segurança Pública que disponibilize uma viatura para o atendimento das necessidades da Polícia Militar no município de FAROL.

Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública

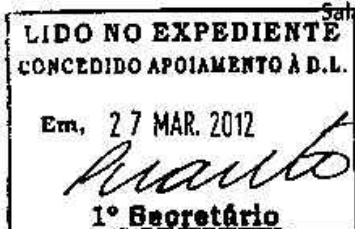
O Deputado DOUGLAS FABRÍCIO, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa para expor o seguinte:

Considerando:

- O recebimento do pedido de autoria da prefeita Dina Cardoso datado em 20/03/2012;
- O pedido para disponibilizar uma viatura para atender as necessidades da Polícia Militar do município e de seus distritos, visto que atualmente este serviço necessita de apoio de mais uma viatura para possibilitar um atendimento mais rápido e eficiente em virtude das ocorrências policiais;
- A necessidade de oferecer as mínimas condições de trabalho aos profissionais da polícia militar que atuam na cidade e esta ser uma das metas prioritárias do plano de governo do governador Beto Richa,

Solicita:

- Solicita à SESP - Secretaria da Segurança Pública que disponibilize uma viatura para o atendimento das necessidades da Polícia Militar no município de FAROL.



Sala de Sessões, em 27 de março de 2012.

DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fl. 2
N

Gabinete da Deputada ROSE "LITRO"

INDICAÇÃO nº 373/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR 2012

Roy
1º Secretário

SÚMULA: SUGERE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE A LIBERAÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO PARA O MUNICÍPIO DE BARRACÃO.

A Deputada que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Secretaria de Estado da Saúde, a liberação de uma ambulância de suporte básico para o Município de BARRACÃO.

Sala de sessões, em 21 de março de 2012.

Roy
ROSE "LITRO"
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos ofício do Senhor Prefeito Municipal de BARRACÃO, onde consta solicitação de ambulância de suporte básico para o Município.

Salientamos a grande necessidade de mais um veículo para o transporte de pacientes haja vista que o Município possui apenas uma ambulância e depende da Central de Regulação de Cascavel para autorização do Suporte Básico de Francisco Beltrão, além da cidade estar localizada em região de fronteira e não poder utilizar o serviço do SAMU de Dionísio Cerqueira (SC) por ser veículo de outro Estado.

CAA213-2012

14443 27/03/2012 09:17:17 DP ASSINATURA ELETRÔNICA DE ROSE



Gabinete da Deputada ROSE "LITRO"

INDICAÇÃO nº 374/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR 2012

1º Secretário

SÚMULA: SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, LIBERAÇÃO DE UM VEÍCULO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE QUEDAS DO IGUAÇU.

A Deputada que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Secretaria de Estado de Educação, liberação de um veículo para atendimento dos alunos da ASQ - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE QUEDAS DO IGUAÇU.

Sala de sessões, em 27 de março de 2012.

ROSE "LITRO"
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos ofício do Senhor Presidente da ASQ - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE QUEDAS DO IGUAÇU, onde consta solicitação de veículo para atendimento dos alunos.

Esclarecemos a necessidade do veículo solicitado, haja vista que a Instituição atende cerca de 30 alunos e atualmente está sendo utilizado veículo terceirizado e pago com os já escassos recursos da ASQ.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR 2012

Ruy
1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 375/12

SÚMULA: INDICA A INSTITUIÇÃO DO PLANO SAFRA ANUAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Deputado Estadual Professor Lemos que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem, respeitosamente, ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Senhor CARLOS ALBERTO RICHA, e ao Secretário de Estado da Agricultura, senhor NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, que sejam estudadas medidas viabilizando a possibilidade de se CONSOLIDAR O PLANO SAFRA ANUAL COMO UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DA POLÍTICA AGRÍCOLA NO ESTADO DO PARANÁ ATRAVÉS DE PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS na forma que sugere o ante-projeto que segue:

Art. 1º - O Plano Safra Anual de que trata o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 9917/92, que dispõe sobre a Política Agrícola no Estado do Paraná e dá outras providências, será realizado em conformidade com esta Lei.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, o Plano Safra Anual abrange toda a atividade agrícola, entendida como a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

Art. 2º - São objetivos do Plano Safra Anual:

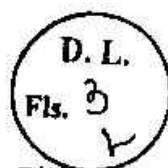
- I - promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar e suprir necessidades, visando assegurar o incremento sustentado da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, a proteção dos recursos naturais e a redução das disparidades regionais;
- II - compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo de forma a priorizar os assentamentos da reforma agrária;
- III - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura no Estado;
- IV - prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao agricultor familiar e sua família;
- IV - fortalecer a política de desenvolvimento territorial no estado, priorizando os territórios mais deprimidos do estado;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



Art. 3º - O Plano Safra Anual conterá as medidas a serem implementadas pelo Poder Público, servindo de indicativo para a participação da iniciativa privada e dos municípios no delineamento de suas atividades.

Art. 4º - O Plano Safra Anual considerará as particularidades dos ecossistemas, da estrutura fundiária, do tipo de produto e as necessidades diferenciadas de abastecimento interno, formação de estoque e exportação.

Art. 5º - O Plano Safra Anual abrangerá os seguintes Instrumentos de Política Agrícola previstos na Lei 9917/92:

- I - Pesquisa Agrícola;
- II - Assistência Técnica e Extensão Rural;
- III - Ensino;
- IV - Crédito Rural;
- V - Crédito Fundiário, Regularização Fundiária e Desapropriações para Reforma Agrária;
- VI - Tributação e Incentivos fiscais;
- VII - Armazenamento;
- VIII - Fomento;
- IX - Fiscalização e Inspeção da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;
- X - Defesa Sanitária Animal e Vegetal;
- XI - Associativismo e Cooperativismo;
- XII - Habitação Rural;
- XIII - Eletrificação Rural;
- XIV - Telefonia Rural;
- XV - Infra-estrutura Rural tais como estradas, sistematização de áreas para diversas atividades e sistema de água;
- XVI - Comercialização de Produtos Agropecuários;
- XVII - Fomento a Centros de Informática Rurais;
- XVIII - Agroindustrialização de Produtos.

Art. 6º - Os instrumentos mencionados no art. 5º desta Lei serão implementados no Plano Safra Anual por meio da especificação das seguintes medidas:

- I. Ações;
- II. Metas quantitativas;
- III. Agentes executores;
- IV. Público beneficiário;
- V. Recursos orçamentários e extra-orçamentários disponíveis.

Art. 7º - O Plano Safra Anual deverá especificar as medidas, as metas e os recursos destinados à Agricultura Familiar.

Art. 8º - O Plano Safra Anual será divulgado, a cada ano, até o dia 15 de julho, para as culturas de verão e até o dia 15 de março para as culturas de inverno.

Parágrafo Único - Na ausência da divulgação de medidas Federais, os prazos de que trata o caput deste artigo poderão ser prorrogados por até trinta dias.

Art. 9º - O planejamento e execução do Plano Safra Anual serão feitos de forma democrática e participativa, com o envolvimento de agricultores, e trabalhadores rurais assalariados, de cooperativas, de entidades agroindustriais e de outras, vinculadas ao transporte, ao armazenamento, à eletrificação e telefonia rurais, e à comercialização da produção primária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



Parágrafo único - Para consecução do disposto no caput deste artigo serão ouvidos os Conselhos e Câmaras Setoriais Estaduais ou Municipais, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, com atribuições afim.

Art. 10 - O Plano Safra Anual será planejado e executado em articulação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a quem cabe coordenar as atividades de planejamento agrícola em nível Nacional, e com os Municípios.

Art. 11 - A Assembléia Legislativa acompanhará a execução do Plano Safra Anual por meio do recebimento, do Órgão Estadual responsável, de relatórios quadrimestrais de avaliação, que contenham as informações necessárias e suficientes para essa finalidade.

Art. 12 - O Plano Safra Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária serão compatibilizados.

JUSTIFICATIVA

Considerando que existe a Lei 8171/91 dispondo sobre a Política Agrícola Nacional; Considerando que no âmbito Estadual temos a Lei 9.917/92 que dispõe sobre a Política Agrícola Estadual, importante seria termos uma Legislação que instituisse o Plano Safra Estadual.

Portanto, a iniciativa tem como **objetivo** consolidar o Plano Safra Anual como um instrumento de planejamento da Política Agrícola no Estado do Paraná através de processos democráticos e participativos.

O projeto **pretende** contribuir para o dispositivo Constitucional de promover a definição da Política Agrícola em harmonia com os planos Nacional e Estadual de Desenvolvimento.

O Plano **abrange** as diversas atividades agrícolas e os instrumentos específicos de política previstos na Constituição e na Lei Agrícola Estadual e estabelece prazos, especificações e mecanismos de controle adequados à realidade dos agricultores, dos gestores públicos e dos demais agentes que realizam atividades neste segmento.

O Plano **prevê** ainda o detalhamento das medidas, metas e recursos para os agricultores familiares.

O Plano Safra Estadual **será articulado** com o Plano Safra Federal elaborado pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



conforme o estabelecido no art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola Nacional,

Portanto, caberá ao governo do Estado comunicar oficialmente aos agricultores, quanto vai disponibilizar para o crédito, o custeio e o seguro agrícola. Outras informações como as diretrizes que serão seguidas na pesquisa do setor e como será a política de armazenamento da agricultura, também deverão constar do Plano Safra Estadual a cada ano. Estes dados devem chegar à agricultura anualmente, em tempo hábil para a preparação de cada safra.


De maneira que queremos que haja um planejamento prévio, participativo e integrado entre Secretarias Estaduais, Instituições Bancárias locais, Emater, Ceasa, agricultores e outras Entidades que são agentes e alvos da Política Agrícola no Estado, isto tranquiliza e organiza o campo.

Na prática, o Plano Safra Estadual, além de transformá-lo em realidade, organiza e articula as ações dos governos Federal e Estadual para que se definam participações de cada Ente Público e também da Sociedade Civil

De maneira que investir na agricultura familiar é melhorar a vida não só na área rural, mas também urbana. É garantia de mais comida e menos violência porque com renda e trabalho dignos, os jovens tendem a permanecer no campo e não vão encher os bolsões de miséria das grandes cidades.

Razão pela qual, espera contar com a sensibilidade do Nobre Governador nas questões envolvendo a agricultura paranaense no sentido do acatamento desta Indicação a qual será de grande importância para os agricultores de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

STEPHANES JUNIOR

Deputado Estadual

D. L.

Fl. 2

INDICAÇÃO Nº 376/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 MAR. 2012

[Signature]
1º Secretário

SÚMULA: Propõe gestões, ao excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Infraestrutura e Logística, para Construção de CEI - Centro de Educação Infantil, no município de Pinhão.

Propõe ao Excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná Beto Richa e, ao ilustríssimo senhor Secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, para Construção de CEI - Centro de Educação Infantil, no município de Pinhão, no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

O Bairro Nossa Senhora Aparecida é o segundo maior bairro da cidade e não dispõe de um CEI para possibilitar que as mães possam trabalhar. A falta deste benefício e a necessidade de trabalhar levam muitas mães a caminharem longos percursos até a CEI mais próxima, ou então deixam seus filhos pequenos em casa, onde podem ocorrer acidentes e até maus tratos.

Sala das Sessões, em 27 de março 2012.

[Signature]
STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual